

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL: NOVAS PAUTAS SINDICAIS

Investigação em curso

GT 15-Meio Ambiente, sociedade e desenvolvimento sustentável

Viviane Bassi dos Reis Marques

RESUMO

Após as modificações na economia nos anos 90, os sindicatos passam a adotar novas estratégias de luta, inserindo-se no mercado financeiro, por meio da gestão dos fundos de pensão. O presente trabalho tem como objeto de estudo a construção social do discurso dos sindicalistas da Central Única de Trabalhadores (CUT) a respeito da temática ambiental. O argumento que norteia a pesquisa é o de que os sindicatos procuram não apenas ampliar suas ações, mas também lançar mão de novas possibilidades, por meio da inserção em novos espaços sociais, se fazendo ator de uma agenda atual na qual se insere a questão ambiental.

Palavras-chaves: Desenvolvimento Sustentável, Responsabilidade Social, Discurso, Estratégias Sindicais.

1- INTRODUÇÃO

A problemática ambiental está sendo discutida em várias instâncias da sociedade: governamental, empresarial, em organizações nacionais e internacionais, percebe-se, portanto, a importância de se estudar as inter-relações entre sociedade e meio ambiente, revelando crenças, valores e interesses que motivam os indivíduos a realizarem determinadas ações. Estas estão carregadas de componentes simbólicos, políticos, culturais ou de relações de poder.

A Nova Sociologia Econômica auxilia na compreensão dessas inter-relações uma vez que trata as questões ambientais como construções sociais, em que o meio social interfere nas motivações e ações dos atores econômicos. Por meio da Nova Sociologia Econômica pode-se verificar que a trajetória para a busca de um desenvolvimento sustentável passa pela dimensão social e solidária da economia, a qual pressupõe um funcionamento democrático da economia e a adoção da responsabilidade social, a qual tem caráter multidimensional, e deve contemplar os aspectos econômicos, sociais e ambientais, bem como valores relacionados a solidariedade, equidade, priorizando o social em detrimento do capital.

O presente trabalho de pesquisa estuda a organização sindical, como ator socioeconômico relevante e que tem apresentado um discurso em apoio a uma mudança de modelo econômico e social do país, em direção ao desenvolvimento sustentável. As centrais sindicais têm apresentado um discurso “verde” em seus encontros, Congressos e Conferências. Trata-se de um estudo que explora a construção social do discurso dos sindicalistas da CUT (Central Única dos Trabalhadores) a respeito de suas estratégias de ação com relação a temática do desenvolvimento sustentável e da responsabilidade social, termo que, no interior das empresas e sindicatos foi, posteriormente, ampliado para responsabilidade socioambiental ou sustentabilidade empresarial (Sartore, 2007). Além de se tratar de uma das maiores centrais sindicais do país, a CUT foi escolhida como objeto de pesquisa por ter

participado ativamente das discussões ocorridas na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio +20).

O objetivo desta pesquisa está em compreender os discursos proferidos por líderes sindicais, revelando interesses, motivações, valores, mapeando seus novos aliados e interlocutores, as convergências e divergências com relação ao mercado financeiro, uma vez que a CUT tem se inserido em novos espaços sociais, notadamente na gestão dos fundos de pensão, intitulado-se “guardião” da poupança dos trabalhadores.

O presente trabalho busca responder as seguintes questões: o discurso em defesa das questões sociais e ambientais existe mais como uma estratégia dos sindicalistas de inserção no mercado financeiro, uma vez que estes preceitos vão ao encontro de um discurso já legitimado pela sociedade, pelas empresas e pelo mercado? o discurso construído reflete um movimento de responsabilidade socioambiental? É criador de novas realidades?

A hipótese sugerida é de que central, diante do processo de abertura do mercado e da reestruturação produtiva, ocorrido nos anos 90, sofrendo impacto na sua capacidade de representação, busca por sua legitimidade por meio do desenvolvimento de novas estratégias ligadas ao mercado financeiro e a temática socioambiental. A central tem buscado inserir-se em novos espaços sociais como Conselhos que trata de temas de interesse social, na gestão de empresas públicas, e de fundos de pensão. Procura, dessa forma, ampliar sua participação, também por meio da inserção em debates não relacionados diretamente ao mundo do trabalho, mas que envolvem interesses de toda a sociedade. Acredita-se que a CUT, ao adotar a estratégia em direção ao mercado financeiro, imersa em uma instância capitalista, estranha aos trabalhadores, à parcela dos sindicalistas e mesmo aos agentes financeiros, procura legitimar-se por meio de um discurso ético e moralizante que inclui investimentos éticos, responsabilidade socioambiental e desenvolvimento sustentável.

A presente pesquisa considera que os sindicalistas da CUT envolvidos com a temática ambiental, (re)significam o tema ambiente, já que passam a falar em “responsabilidade social e responsabilidade empresarial”. Nesse sentido, além de ampliar suas estratégias de lutas em alianças com os “ambientalistas”, os sindicalistas da CUT passam a negociar com setores empresariais e do mercado financeiro, por meio de uma resignificação da questão ambiental. Diante disso, torna-se interessante observar também as tensões resultantes dessa (nova) relação.

Este trabalho de pesquisa é relevante devido a relacionar-se com alguns estudos que vêm sendo realizados nos últimos anos sobre a presença sindical na gestão dos fundos de pensão. No Brasil, especialmente durante o governo Lula, foi possível observar que as centrais passaram a unificar os sindicatos em torno da vultosa soma dos fundos de pensão, tendo discursivamente a preocupação com a financeirização do capital, a desigualdade social, os investimentos éticos, a responsabilidade social e o capitalismo dos acionistas (Jardim, 2007; 2009; 2010; Sória, 2011).

Trata-se de um estudo original, uma vez que ainda não foram realizadas pesquisas que levantem a temática do interesse sindical por responsabilidade socioambiental.

2 - METODOLOGIA

Levantamento dos discursos dos sindicalistas por meio do site da CUT. Trata-se de debates realizados na Cúpula dos Povos, na Rio +20, em espaço denominado “Tenda Florestan Fernandes” promovido pela CUT.

Também foram levantados documentos confeccionados por líderes sindicais na época da Conferência que apresentam as posições e solicitações da central com relação aos problemas relacionados a trabalho e meio ambiente.

Foi levantado discursos ocorridos na Assembleia Nacional sobre meio Ambiente e Trabalho na época da Conferência.

Serão realizadas entrevistas com empresários “aliados” da CUT, com dirigentes sindicais de fundos de pensão e com sindicalistas da CUT sobre responsabilidade social e sustentabilidade.

A análise do discurso teve como pano de fundo a Sociologia Econômica, a Sociologia Reflexiva desenvolvida por Bourdieu e a teoria de Mary Douglas por meio das observações desenvolvida pela autora em seu livro “Como as Instituições Pensam”, de 1998.

3 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: DEBATES, ENCONTROS, CONFERÊNCIAS

As discussões em torno das questões ambientais iniciaram-se na década de 1960. Dá-se o surgimento de muitos movimentos que têm como objetivo a busca por novos estilos de vida e de desenvolvimento, os movimentos pacifistas, contra as guerras, holocausto, exploração e pela independência, além de movimentos de luta pela emancipação frente às desigualdades sociais e de gênero. Conforme Leff (1986), esta movimentação cria ambiente propício para o surgimento de uma consciência ambiental, ao mesmo tempo em que se percebe que promessas com relação ao desenvolvimento não foram cumpridas a contento.

Nos anos 1970 teve início as transformações no debate meio ambiente e desenvolvimento. Neste momento ganham visibilidade publicações que mostram a finitude no interior do modo de produção capitalista e seus impactos globais. (Jacobi, 2005). Por meio da Conferência das Nações Unidas em Estocolmo, percepções voltadas a consciência ambiental expande-se mundialmente (Leff, 1986). Nesta vai se discutir os limites da racionalidade econômica e os desafios decorrentes da degradação ambiental para o projeto civilizatório, procurando relacionar os limites do crescimento econômico aos limites físicos do planeta. Discute-se a necessidade de um desenvolvimento embasado na sustentabilidade ecológica e equidade social, através de novos modelos de produção e estilos de vida que levem em conta as potencialidades dos povos e de cada região na realização da gestão dos recursos naturais e processos produtivos.

Contudo, após uma década da Conferência de Estocolmo os países do terceiro mundo em crise econômica (dívida, recessão e inflação), priorizaram a recuperação do crescimento econômico. Foram implantadas políticas neoliberais contrárias aos preceitos de sustentabilidade e de gestão dos recursos naturais. Neste momento, a implantação de medidas contrárias à preservação ambiental foi amenizada por meio da retórica do desenvolvimento sustentável, submetido à racionalidade econômica. (Leff, 1986).

Em 1987 graças a esforços da Comissão Mundial sobre meio ambiente se publica um documento denominado Informe Brundtland, o qual reconhecia os problemas econômicos pelos quais estavam passando os países do terceiro mundo e ao mesmo tempo buscava por um consenso entre países, povos e grupos sociais no terreno conflitivo do desenvolvimento sustentável. Cria-se, a partir destes esforços, uma definição do termo sustentabilidade “como o processo que permite satisfazer as necessidades da população atual sem comprometer a capacidade de atender as gerações futuras”¹. (Leff, 1986, s/n). Tem-se como objetivo dar destaque a problemática ambiental na política internacional, fazendo com que a temática ganhe força e encontre meio adequado para conformar as decisões políticas em todos os níveis. (Jacobi, 2005).

Em 1992, tomando por base o Informe de Brundtland, os chefes de Estado foram convocados para a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92), no Rio de Janeiro. Nesta, foi aprovado um programa global para o desenvolvimento, com bases nos princípios de sustentabilidade, a denominada Agenda 21. Esta Conferência pode ser considerada como ponto culminante do “projeto de institucionalização e de um novo arranjo teórico e político em torno da

¹ Tradução livre do autor de: *como el proceso que permite satisfacer las necesidades de la población actual sin comprometer la capacidad de atender a las generaciones futura*” (LEFF, 1986, s/n).

problemática ambiental. A sustentabilidade transforma-se no carro-chefe do paradigma de desenvolvimento dos anos de 1990”. (Jacobi, 2005, p. 236). Contudo, o conceito de sustentabilidade parece não ter logrado o êxito esperado nas resoluções da problemática ambiental e social, uma vez que tem sido utilizado com diferentes interpretações, conforme os interesses envolvidos na relação de apropriação da natureza. (Leff, 1986).

Devido às mudanças climáticas, o aquecimento global passa a ser algo amplamente discutido a partir dos anos 80. Reuniões internacionais foram realizadas desde então com o objetivo de buscar soluções para minimizar a emissão dos gases causadores do efeito-estufa (Nishi *et al*, 2005). O encontro de Kyoto, realizado no Japão, em 1997, pode ser considerado de grande importância devido à formulação do documento denominado Protocolo de Kyoto. Neste os países industrializados poluidores se comprometeram a reduzir suas emissões por volta de 5, 2%, em relação aos níveis de emissão realizados em 1990, até o período de 2008 a 2012 (Meneguelo & Castro, 2007).

Em 2002 dá-se o Encontro da Cúpula de Johannesburg, contando com países-membros da ONU e organizações não governamentais, os quais reafirmam os compromissos estabelecidos pela Agenda 21 e são propostos planos de ação para a solução de temas como: modificações no consumo e produção, erradicação da pobreza, proteção dos recursos naturais e desenvolvimento sustentável.

Em 2009 foi realizada outra conferência para definição de soluções para as questões climáticas, na cidade de Copenhague, Dinamarca. A COP 15, contudo não avançou com relação aos problemas das emissões dos gases do efeito estufa. (Barcelar, 2010).

Em 2012, ocorreu a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio +20), na cidade do Rio Janeiro. Participaram do encontro, ativistas ambientais, cientistas, chefes de Estado e representantes de diversos países. O ponto central da conferência foi a discussão do modo como se utiliza os recursos do planeta, bem como as questões sociais. Discutiu-se a implantação do desenvolvimento sustentável, o crescimento econômico e social levando em consideração a proteção ao meio ambiente. Foi elaborado um documento de 53 páginas, acordado por 188 países, com objetivo de se buscar a cooperação internacional sobre desenvolvimento sustentável. (ONU, 2012).

4 - RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL: CONSTRUÇÃO DO CONCEITO E INSERÇÃO NAS EMPRESAS

O envolvimento das empresas com as questões ambientais no Brasil teve início ao longo dos anos 2000. Neste período a temática ambiental foi incorporada às organizações produtivas (Sartore, 2007). O conceito de responsabilidade social, já presente nas organizações, ramificou-se em sustentabilidade empresarial. Jardim (2010) acredita na possibilidade de que a Conferência Mundial sobre Meio Ambiente tenha pressionado o empresariado a inserir a ideia de sustentabilidade em suas pautas a respeito de responsabilidade social.

De acordo com Baggentoss (2010) as abordagens que relacionam as empresas ao ambiente em que estão inseridas surgiram na literatura organizacional nas últimas décadas. Esta nova concepção surge devido a manifestações sociais que refletem a preocupação com os impactos sociais e ambientais das empresas. A construção da concepção de responsabilidade socioambiental das empresas pode ser atribuída também ao processo de democratização vivido pela sociedade e pela disseminação de valores e princípios éticos. (Baggentoss, 2010).

O conceito de responsabilidade social ganha corpo inicialmente nos Estados Unidos, após expande-se para a Europa na década de 60 e para o mundo, repercutindo no Brasil em meados da década de 70.

Assis (2010) relata que após a segunda guerra mundial a discussão sobre responsabilidade social é direcionada às definições de responsabilidade empresarial junto à sociedade, através do interesse legislativo em regulamentar as corporações.

As crises econômicas, a guerra e as degradações ambientais atribuídas ao processo produtivo levaram a sociedade a pressionar as organizações que, de alguma forma, estavam ligadas a estes fatores. Pressões políticas e públicas favorecem a concepção mais concreta do conceito de responsabilidade social.

Desta forma as organizações tiveram que rever seus conceitos e a relacionarem-se de forma diferenciada com diversos públicos aos quais interagem direta ou indiretamente, os denominados *stakeholders* (clientes, fornecedores, funcionários, acionistas, comunidade, empresas terceirizadas).

Nos anos 80-90, o compromisso social prestado pelas organizações torna-se questão de sobrevivência, uma vez que as premissas que norteavam o mundo empresarial perdem força. A ideia de que o Estado se ocuparia das necessidades sociais e as empresas ao participarem do desenvolvimento já estariam contribuindo com a economia e a sociedade enfraqueceu-se, de acordo com Assis (2010).

O empresariado percebeu que somente a qualidade dos serviços e produtos não bastava para garantir a sobrevivência das organizações no mercado e na sociedade, tornando-se necessário o desenvolvimento de novas concepções e ações que as legitimem, garantindo a permanência das mesmas. A visão da organização em si mesma foi perdendo força, percebendo-se que as mesmas não estão isoladas, mas em interação com os demais atores do ambiente, sujeitas a influências externas. Conforme relata Assis a respeito da responsabilidade social das empresas,

Recentemente, a relevância dada aos problemas sociais e ambientais, as pressões de vários setores da sociedade e a busca pela sustentabilidade fizeram com que ações de responsabilidade social tornassem imprescindível ao contexto empresarial, enfraquecendo o argumento de que a função das organizações da sociedade estava estritamente ligada à obtenção de lucro. Sendo assim, parte da sobrevivência da organização depende desse reconhecimento sobre sua atuação social. (Assis, 2010, pg. 50)

O conceito de responsabilidade socioambiental passou a fazer parte dos interesses empresariais, sendo levado em consideração no planejamento administrativo de organizações. Os sindicatos também passaram a utilizar este conceito, talvez como uma das estratégias de sobrevivência do mesmo face às novas configurações do capitalismo.

5 - A CUT E A QUESTÃO AMBIENTAL: DIÁLOGO COM O TRABALHO EMPÍRICO

5.1 - Breve Histórico da CUT

A CUT (Central Única dos Trabalhadores) surgiu com o reaparecimento do movimento sindicalista que conseguiu se rearticular após estar sob o jugo do regime militar autoritário. O movimento sindical organizou-se no interior das fábricas de modo sorrateiro, dando origem a um novo sindicalismo, que rompe com a legislação vigente e que passa a criticar a estrutura sindical que estava alicerçada no corporativismo. Trata-se de um novo ativismo sindical, não apenas circunscrito às questões trabalhistas, mas que amplia suas pautas ao lutar por princípios como democracia, liberdade e cidadania. (Rodrigues, 1997)

Adalberto Cardoso (1999) afirma que nos anos de transição do regime autoritário, alguns fatores foram determinantes para o sindicalismo brasileiro. O sindicalismo que despontava a partir do ABC paulista em 1978, acabou por fazer do movimento sindical “o estuário conjuntural para onde ocorreram as mais variadas formas de contestação ao regime autoritário, tornando-o elemento momentâneo de aglutinação de interesses e de estruturação de projetos alternativos da sociedade” (Cardoso, 1999, p. 72). Além disso, conforme o autor, a estrutura sindical corporativa já existente garantia os recursos

necessários (materiais, logísticos e institucionais) para uma rápida estruturação nacional da representação central dos trabalhadores.

Na década de 80, com o surgimento da CUT, pode-se dizer que o sindicalismo sedimentou-se em organismos de representação da classe trabalhadora, o qual obteve ganhos perceptíveis, dando visibilidade à classe trabalhadora. (Rodrigues, 1990).

Apesar da certa rapidez com que o movimento sindical se reorganizou, no interior da CUT, desde seu início, podia-se distinguir duas tendências oposicionistas: combatentes, esquerdistas que queriam transformações sociais profundas e os sociais democratas.

Apesar dos discursos inflamados estes parecem ser retóricos. Os sindicatos que integram a CUT, mesmo nos dias atuais, vêm da estrutura oficial corporativista do passado. Mesmo as facções mais radicais e críticas ao corporativismo atuam no interior desta estrutura, e apesar de sofrerem algumas restrições se beneficiam das vantagens garantidas pela legislação. A luta dos esquerdistas é pela conquista de postos na diretoria dos sindicatos oficiais, e não, por exemplo, em construir organizações paralelas ou autônomas. Percebe-se então que, mesmo com toda retórica combativa de esquerda, acabam trabalhando para garantir a mesma estrutura corporativa já existente.

A facção majoritária, apesar da retórica de um sindicalismo classista, democrático de luta e pela base, suas ações demonstram sua tendência para a social democracia, “tendendo fazer a CUT uma central voltada para a obtenção de vantagens econômicas e políticas no interior de uma economia de mercado” (Rodrigues, 1990, p. 24-25). Os projetos defendidos por ambos os lados estão assentados na estrutura sindical que todas as tendências rejeitam.

Adalberto Cardoso (1999) concorda que havia discordâncias internas na CUT, contudo afirma que o discurso da central que vinha a público era de certa forma unitário, propagando a “reforma na estrutura sindical, uma ideologia socialista difusa mas francamente contestatória da ordem vigente, retaliação no mercado de trabalho por meio de movimentos coletivos de toda sorte e liberdade de organização por locais de trabalho” (Cardoso, 1999, p. 90). Iram Jacome Rodrigues (1997) afirma que a força da CUT se construiu a partir dos setores sindicais mais combativos do movimento de contestação que se estruturou com a organização no interior das empresas. A estratégia cutista de trazer o conflito para a mesa de negociação mostrou-se mais consistente e em consonância com essa realidade.

A década de 90 foi marcada por uma mudança de postura da CUT que passou a promover um sindicalismo defensivo. As transformações no mercado de trabalho mudariam de forma determinante a ação das organizações sindicais.

Em um contexto de crise econômica desencadeada desde os anos 70, os governos Fernando Collor de Melo (1990-1992) e posteriormente Fernando Henrique Cardoso (1994-2000) adotaram políticas neoliberais, ou seja, políticas do Estado que atenderam aos interesses capitalistas, por meio do endividamento, da especulação financeira, de investimentos para atrair investidores e a redução de gastos públicos com serviços sociais. Este modelo de desenvolvimento exigiu que o sindicalismo modificasse seu modo de ação, suas pautas e estratégias, uma vez que as relações trabalhistas sofreram grandes transformações.

As modificações nas relações de trabalho (terceirizações, contratos precários, autônomos, não assalariados), o desemprego, a heterogeneidade da massa trabalhadora, que não mais se concentrava no setor industrial, levando a diversificação das necessidades e interesses dos trabalhadores, minou a capacidade de mobilização da CUT, o sindicalismo desorganizado passou a tomar uma posição defensiva. (Antunes, 2006) .

A CUT em busca da conquista pela representatividade abalada busca por ações alternativas, adquirindo um perfil cada vez mais institucional e mais participativo inserindo-se em espaços sociais como conselhos, comissões, fóruns, etc. (Veras, 2002).

Esta nova estratégia da CUT aprofunda o caráter institucionalizado da central, ampliando sua intervenção em outros espaços, buscando influir em políticas públicas, no desenvolvimento, empresas, como uma medida também compensatória das perdas ocasionadas pela reestruturação produtiva e políticas neoliberais. (Veras, 2002). Um exemplo dado pelo autor é o da participação da central nas câmaras setoriais.

A estratégia de institucionalização e participação ampliada da CUT continuou a vigorar e teve seu ponto alto quando o licenciado presidente do sindicato dos metalúrgicos do ABC ganha as eleições em 2002. A relação entre a central e o PT era estreita, a primeira era uma importante base de apoio ao partido, capitaneando votos dos trabalhadores descontentes com a política neoliberal que minava a qualidade de vida dos trabalhadores.

As mudanças de diretrizes do PT e da CUT aconteceram de modo simétrico, o discurso não mais tinha o tom de revolucionário, mas a imagem que se queria construir era a de respeito a democracia, às leis e à propriedade privada, ou seja, a adoção de ações pragmáticas. “Quando o PT ganhou as eleições presidenciais (...), a CUT, além das Câmaras, já estava inserida em uma série de conselhos como do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) (...)” (Cardoso, 2012, p.123)

Durante o governo Lula abriu-se para a CUT um leque de possibilidades com relação a participação em espaços públicos, a qual apresentava-se como principal representante dos trabalhadores perante a sociedade. Além disso, o número de greves realizadas foi pequeno, se comparadas as da década de 80, demonstrando uma mudança conjuntural entre sindicato e governo. Ao observar a trajetória da CUT pode-se perceber a mudança, uma vez que a tendência dominante à acomodação política se aprofundou, ao mesmo tempo que acirraram-se os conflitos no interior da entidade. (Boito *et al*, 2009)

5.2 - Novas Estratégias Sindicais

Ao destacar o interesse dos sindicatos pela temática ambiental é preciso abordar a problemática das novas estratégias sindicais em um novo contexto do capitalismo, sobretudo a partir da adesão dos sindicatos na gestão dos fundos de pensão (Jardim, 2007). Tal como observa Rodrigues (2003) vê-se um novo momento nas relações trabalhistas e um crescimento da ação do sindicalismo brasileiro. Novas orientações sindicais, abrangendo temas pouco explorados pelos sindicatos, estão sendo colocadas nesses espaços sociais.

Esta situação não representa uma volta ao período 1970-1980, em que as greves eram frequentes, e nem o defensivismo dos anos 90, mas a uma prática que vai além das ações de mobilização tradicionais dos sindicatos, como a inserção no mercado financeiro, por meio dos fundos de pensão, e o debate e intervenção em projetos de políticas públicas, sociais e ambientais, permitindo a institucionalização de novas convenções sociais no mundo do trabalho, conforme afirmam Jardim (2009) e Grün, (2004).

A CUT, visando consolidar suas estratégias de intervenção em espaços institucionais, reivindica sua participação em conselhos e na elaboração de políticas públicas. Desde 2004 a CUT participa em espaços institucionais com diferentes constituições, como “Conselhos, Comissões e Comitês, Grupos de Trabalho (GTs), Câmara, Fórum, etc. e também nas Conferências Nacionais, que são importantes espaços de deliberação e participação destinadas a prover diretrizes para a formulação de políticas públicas em âmbito federal.” (Jardim, no prelo).

A inserção dos sindicalistas na gestão dos fundos de pensão, e a reconfiguração de suas pautas sindicais, levam a uma “ressignificação dos mecanismos de participação e inserção dos trabalhadores no capitalismo, assim como chegada de novos temas, tais como responsabilidade social, questão

ambiental, questão de gênero, racial, etc.” (Jardim, no prelo), os quais auxiliam na institucionalização de novas concepções sociais no mundo do trabalho.

Os sindicalistas passam a ser interlocutores de novos atores sociais, a partir do discurso de legitimidade moral, argumentando serem os legítimos representantes para defender os interesses financeiros, a “poupança”, dos trabalhadores.

De maneira sistemática apontamos abaixo as questões com as quais os sindicatos têm se debruçado ultimamente:

- Criação dos fundos de pensão para seus associados;
- Gestão dos fundos de pensão dos trabalhadores por meio dos Conselhos Deliberativos e Fiscais;
- Tornou-se agente da governança corporativa, visando legitimar sua presença em vários espaços do mercado financeiro (conselhos de fundos de pensão) e agente da responsabilidade social, defendendo o investimento dos recursos dos fundos de pensão em atividades socialmente responsável, ligados a ética e a sustentabilidade.

A responsabilidade social, tal como aponta Jardim (2010) pode ser considerada como um novo mecanismo democrático, difundido via mercado financeiro, agora sendo objeto de discussão dos sindicatos. Se na década de 90, o fenômeno da responsabilidade social empresarial era localizado e circunscrito a algumas experiências empresariais, a disseminação de tais práticas amplia-se sobremaneira através da incorporação desta convenção pelos mercados financeiros.

Conforme aponta Sartore (2010), a temática passa a fazer parte do funcionamento destes mercados, através da noção de sustentabilidade empresarial e da criação do ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial – nas Bolsas de Valores. Nesse momento quem passará a ser porta-voz da temática serão as instituições ligadas ao mercado financeiro, orientadas pela crença de que empresas que cuidam e investem em aspectos sociais e ambientais propiciam um melhor retorno financeiro. Dentre as instituições atuantes no mercado financeiro, Jardim (2010) aponta os fundos de pensão brasileiros, investidores institucionais que movimentam vultosas somas, e que nos anos 2000 passaram a colocar em pauta a responsabilidade social nas empresas em que investem.

ANÁLISE DE DISCURSOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste item será apresentado alguns dos discursos proferidos por sindicalistas da CUT na Rio +20, análises parciais e considerações.

Segue alguns trechos do documento:

“Queremos influenciar as posições que serão adotadas na Rio+20 a partir da nossa plataforma, que tem sido orientadora de posicionamentos também em âmbito internacional. É uma oportunidade de ir além de um balanço da Rio-92 e pressionar pela negociação de convenções e instrumentos adicionais na área do desenvolvimento sustentável, num amplo acordo, envolvendo governos e sociedade civil em torno de princípios e ações nos temas da energia renovável, sustentabilidade urbana e padrões de produção e consumo sustentáveis.”

Nestes depoimentos, a central transmite a importância de sua participação e seu papel na Conferência, atendendo não somente as expectativas dos trabalhadores, mas também aos anseios da sociedade, por um mundo mais sustentável.

Conforme Mary Douglas (1998) os indivíduos estão sujeitos às representações sociais, construídas pela força do consenso e/ou classificações estabelecidas pelas instituições. A CUT, por meio das convenções sociais que estabelece, procura influenciar suas bases e ganhar maior representatividade por meio do discurso participativo. Intitula-se “porta-voz” dos trabalhadores na questão da sustentabilidade.

Ainda nessa linha:

“A Central atuará em duas frentes: pressionar o governo para acelerar a discussão com as organizações sociais, em especial, o movimento sindical, e mobilizar nossas entidades alçando ao centro de nossa estratégia o trabalho decente e o desenvolvimento sustentável. Impulsionaremos questões relativas à democratização do conhecimento, ao direito ao trabalho decente, ao resgate do papel do Estado e do financiamento público, taxações e fiscalização ambiental, a exemplo da implementação da taxaçoão de transações financeiras, proteção social como modo de diminuir vulnerabilidade das comunidades e seus trabalhadores e suas trabalhadoras e assim diminuir pressão nos recursos naturais e criação de empregos verdes e decentes, a distribuição de renda e riqueza e mudanças no paradigma energético. Queremos uma estratégia de longo prazo capaz de oferecer novas respostas aos desafios econômicos, sociais, ambientais, energéticos e políticos do mundo moderno.”

Segundo Jardim (2007;2009), a CUT pressiona pela criação de empregos verdes via presença de sindicalistas da CUT na gestão de fundos de pensão. Mais concretamente, os fundos de pensão geridos por sindicalistas da CUT devem investir somente em empresas que se preocupam com responsabilidade social e com sustentabilidade social.

Conforme noticiado pela CUT, na Assembleia Sindical o embaixador francês para temas ambientais, Jean-Pierre Thebault,

“defendeu que os fundos de pensão, que contam com a representação de trabalhadores, podem ser um importante mecanismo de financiamento do desenvolvimento sustentável. Para isso, deveriam investir em fundos de mudanças climáticas, mediante a criação de incentivos governamentais.”

Esse depoimento está em dialogo com as questões pontuadas por Jardim (2007; 2008), a saber o controle sindical dos fundos de pensão de forma que esses possam financiar o desenvolvimento com sustentabilidade.

Diante da posição do embaixador francês a respeito dos fundos de pensão, o presidente da CUT, Artur Henrique, apontou que, apesar de contar com a participação de trabalhadores e da eleição de representantes por sindicato, o modo de operação dos fundos de pensão também deve ser questionado. Conforme Artur Henrique,

“A lógica é do lucro, de comprar ou investir em títulos de empresas que deem mais resultado, mesmo que isso signifique financiar grupos que exploram o trabalhador e degradam o meio ambiente. Portanto, precisamos primeiro mudar essa lógica”.

Ao tratar do discurso de importante líder sindical, pode-se dizer que se refere aos ideais da central com relação aos fundos de pensão. Aqui o discurso é o de que se deve mudar a lógica do investimento dos fundos de pensão, indo em direção a empresas que empregam ações voltadas a

responsabilidade social e ambiental. Pode-se inferir que tais investimentos não estão sendo realizados na prática, já que o presidente da CUT diz que é preciso modificar esta lógica.

A análise dos discursos até o momento aponta que a CUT se insere no debate da sustentabilidade e do meio ambiente, tendo nessa agenda uma forma de luta contra a desigualdade social e a inclusão dos trabalhadores. O conceito de responsabilidade social na agenda da CUT trata-se de um desdobramento do tema de sustentabilidade, que leva, necessariamente, a CUT para o encontro com novos interlocutores, como empresários. O argumento de pesquisa é o de que as novas estratégias sindicais estão em diálogo com a tese de Luc Bosltanki e Chiapello (1999) sobre as novas justificativas do novo espírito do capitalismo. O que se pressupõe é que não somente o capitalismo busca justificativas apoiadas na ordem civil, social e moral, mas também o movimento dos trabalhadores. No caso da CUT, a central busca justificar seus novos interlocutores – empresários e gestores de fundos de pensão - com a inserção de novos temas em sua agenda, como a sustentabilidade e a responsabilidade social. Obviamente essa constatação não diminui a importância dessas novas pautas dentro da agenda da CUT.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSIS, K. G. (2010). *Da Filantropia à Responsabilidade Social*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Carlos.
- ALTVATER, E. (1999). Os Desafios da Globalização e da Crise Ecológica para o Discurso da Democracia e dos Direitos Humanos. In: HELLER, A. et al. *A Crise dos Paradigmas em Ciências Sociais e os Desafios para o Século XXI*. Rio de Janeiro: Contraponto/Corecon, p. 109-153.
- BAGGENTOSS, S. (2009). *A Difusão da Responsabilidade Social: enfoque no certificado de responsabilidade social de Mato Grosso*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Carlos.
- BOITO, A. (1991). *O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- BOLTANSKI, L. (2009). *O Novo Espírito do Capitalismo*. Coleção França, Br, Martins Fontes, São Paulo, 701p.
- BOURDIEU, P. (1989) *O Poder Simbólico*. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- BOURDIEU, P. (1996). *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*, Campinas: Papyrus.
- BOURDIEU, P. (1998) *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva.
- CARDOSO, A. M. (1999) *A Trama da Modernidade: pragmatismo sindical e democratização no Brasil*. Rio de Janeiro : Revan,.
- CARVALHO, G. (2012). *A Representação da CUT nos Governos Lula (2003-2010)*. Tese de Doutorado. UNESP. 327p.
- GRÜN, R. (2004). A evolução recente do espaço financeiro no Brasil e alguns reflexos sobre a arena política. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol.47, n 1, p. 5-47.
- JACOBI, P. (2003). Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade. *Cadernos de Pesquisa*, n. 118, p. 189-205.
- JACOBI, P. R. (2005). Educação Ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. *Educação e Pesquisa*, v.31, n.2, São Paulo.

- JARDIM, M. C. (2009). *Entre a Solidariedade e o Risco: sindicatos e fundos de pensão em tempos de Governo Lula*. São Paulo: Annablume.
- JARDIM, M. C. (2009). *O Investimento dos Fundos de Pensão Durante o Governo Lula e o Interesse por Investimento na Amazônia Brasileira..* Disponível em: <http://observatorio.inesc.org.br/visualizar_estudos.php?id=28>
- LEFF, E. (1998). *Saber Ambiental*. México: Siglo XXI.
- LEFF, E.(2005) La Geopolítica de la Biodiversidad y el Desarrollo Sustentable. Economización del mundo, racionalidad ambiental y reapropiación social de la naturaleza. *Revista del Observatorio Social de América Latina*, n. 17, 10.p.1-11.
- LEFF, E. (2012).“*Globalización, Racionalidad Ambiental y Desarrollo Sustentable*”, en *Ecología y Capital*, México, Siglo XXI/IIS-UNAM, 1986. Disponível em: <http://www.ambiente.gov.ar/infoteca/descargas/leff08.pdf>, consultado em agosto de 2012.
- MENEGUELLO, L. A.; CASTRO, M. C. A. A. (2007).O Protocolo de Kyoto e a Geração de Energia Elétrica pela Biomassa da Cana-de-Açúcar como Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. *Revista Internacional de Desenvolvimento Local*. v.8, n. 1, 10, p.33-43.
- NISHI, M. H. et al (2005). Influência dos Créditos de Carbono na Viabilidade Financeira de Três Projetos Florestais. *Revista Árvore*, Viçosa, v. 29, n. 2, p. 263-270.
- RAMALHO, J. R.; SANTANA, M. A. (2003). *Além da Fábrica: Trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*, Boitempo, São Paulo, p. 11-43.
- RODRIGUES, I.J. (1991).As comissões de empresa e o movimento sindical. In BOITO, A. (Orgs.), *O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80*, Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- RODRIGUES, I. J.(1997). *Sindicalismo e política - A Trajetória da CUT*. São Paulo, Scritta/FAPESP.
- RODRIGUES, L. (1990). *CUT: Os Militantes e a Ideologia*. São Paulo, Paz e Terra.
- SARTORE, M.S. (2012).O mercado socialmente responsável. REDD – *Revista Espaço de Diálogo e Desconexão*, v. 4, n. 2.
- SARTORI, R.C. (2009).A democratização da natureza no contexto da política e da ciência. *Cronos*, Natal-RN, v. 10, n. 1, p. 141-144.
- SÓRIA, S.(2011). *Intersecção de classes: fundos de pensão e sindicalismo no Brasil. O sindicato brasileiro nos em sociologia*. Campinas, Unicamp, 2011
- SWEDBERG, R. (2004)Tempo Social, *Revista de Sociologia da USP*, v. 16, n.2.
- ONU Brasil. *Além da Rio +20: avançando rumo a um futuro sustentável. Do Rio à Rio +20*. Disponível em: < <http://www.onu.org.br/rio20/alem-da-rio20-avancando-rumo-a-um-futuro-sustentavel/>. Acesso em janeiro de 2013.
- VERAS, R. (2002) *Sindicalismo e Democracia no Brasil: atualizações (do novo sindicalismo ao sindicato cidadão)*. São Paulo. Tese (Doutorado de Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.